

Brasília, 05 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

Diário da Manhã - Últimas Notícias

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Microsoft cria marketplace para licenciamento de conteúdo de publishers a empres... 3

Estado de Minas - Online

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Autopeças econômicas: falsificação ou alternativa viável no mercado? 5

MSN Notícias

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Corinthians notifica SAFiel no INPI por uso comercial de nome ligado ao clube 7

R7

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026 | Direitos Autorais

Plataforma digital e gravadoras pedem US\$ 13 trilhões de indenização contra bibliot... 8

Microsoft cria marketplace para licenciamento de conteúdo de publishers a empresas de IA



Plataforma Publisher Content Marketplace visa facilitar acordos de uso de conteúdo online, incluindo materiais de games, para treinamento de modelos de inteligência artificial

Nova plataforma conecta criadores de conteúdo e empresas de IA

A Microsoft anunciou o desenvolvimento de uma nova plataforma chamada Publisher Content Marketplace (PCM), que funciona como um marketplace de licenciamento de conteúdo para empresas de inteligência artificial. O objetivo é criar um ambiente centralizado onde publishers possam definir termos de uso para seus materiais e empresas de IA possam adquirir licenças de forma simplificada.

Como funciona o sistema

O PCM permite que os detentores de conteúdo estabeleçam condições específicas para o uso de seus materiais no treinamento de modelos de IA. As empresas de inteligência artificial podem navegar pelas opções disponíveis, verificar os termos definidos por cada publisher e fechar acordos diretamente pela plataforma.

Um dos diferenciais do sistema é o modelo de remuneração baseado em uso. Os criadores de conteúdo recebem relatórios detalhados sobre como seus materiais estão sendo utilizados, o que permite ajustar os preços das licenças de acordo com a demanda e o volume de acesso.

Contexto para o setor de games

Para a indústria de games, essa iniciativa pode ter impactos significativos. Estúdios e criadores de conteúdo frequentemente produzem materiais que podem ser úteis para o treinamento de sistemas de IA, incluindo texturas, modelos 3D, roteiros, diálogos e outros assets digitais.

A plataforma oferece uma forma estruturada para que esses profissionais monetizem seus criativos sem depender de negociações individuais e frequentemente complexas com empresas de tecnologia.

Preocupações com direitos autorais

O anúncio ocorre em um momento de crescente debate sobre direitos autorais no contexto da inteligência artificial. Diversos criadores e publishers têm questionado o uso de seus conteúdos para treinar modelos de IA sem autorização ou compensação adequada.

O modelo proposto pela Microsoft busca endereçar essas preocupações ao estabelecer um framework transparente onde os termos de uso ficam claros desde o início e a compensação é vinculada ao efetivamente utilizado.

Disponibilidade e detalhes técnicos

A Microsoft não revelou uma data específica para o lançamento do Publisher Content Marketplace, nem detalhou quais publishers já confirmaram participação na plataforma. A empresa também não especificou se haverá integração com serviços existentes da companhia, como o Azure AI ou outras ferramentas de desenvolvimento.

O mercado de licenciamento de conteúdo para IA tem crescido à medida que empresas buscam fontes legítimas de dados para treinar seus modelos, evitando assim disputas jurídicas e garantindo conformidade com regulamentações de **propriedade intelectual**.

-

Referências

Continuação: Microsoft cria marketplace para licenciamento de conteúdo de publishers a empresas de IA

[The Verge - Microsoft says it's building an app store for AI content licensing](<https://www.theverge.com/news/873296/microsoft-publisher-content-marketplace-ai-licensing>)

Referências

Microsoft says it's building an app store for AI content licensing

Autopeças econômicas: falsificação ou alternativa viável no mercado?



Marcas de empresas europeias podem ser vendidas em lojas com preços mais baixos que peças originais, levantando dúvidas sobre qualidade

crédito: Divulgação

O mercado de autopeças econômicas sempre desperta dúvidas entre consumidores e mecânicos. Marcas europeias, como Ridex, Topran, Triscan e Jakoparts frequentemente aparecem em lojas on-line com preços significativamente menores que as opções originais. Mas seriam essas peças alternativas viáveis ou escondem riscos relacionados à qualidade?

O mercado de autopeças falsificadas movimentava cifras alarmantes. Segundo o Escritório Europeu de **Propriedade Intelectual** (EUIPO), 2,2 bilhões de euros são perdidos anualmente com pneus contrafeitos e 180 milhões com baterias. Nos Estados Unidos, dados do Departamento de Comércio e da OCDE indicam impacto financeiro superior a 3 bilhões de dólares por ano. A Alfândega dos EUA apreendeu mais de 211 mil peças contrafeitas em 2024.

Marcas econômicas: uma alternativa legítima

A AUTODOC, que processa cerca de 15 milhões de pedidos por ano na Europa, trabalha com aproximadamente 820 marcas diferentes. Segundo informações da empresa, as marcas de países europeus, como Ridex, Topran, Triscan e Jakoparts representam alternativas legítimas no mercado de reposição, com qualidade comparável às originais e preços

mais acessíveis.

A Triscan A/S é uma fabricante dinamarquesa, enquanto a Topran é uma empresa alemã consolidada no mercado europeu, o que reforça sua atuação formal no setor.

Problemas históricos e evolução

Historicamente, o comércio eletrônico facilitou a entrada de produtos contrafeitos. Conforme relatório do Conselho Antifalsificação Automotivo (A2C2), plataformas de e-commerce adotaram inicialmente abordagens menos rigorosas na verificação de vendedores.

Dados mais recentes, no entanto, sugerem avanços importantes. Uma pesquisa da AUTODOC no Instagram revelou que 39% dos clientes classificaram a qualidade como "muito alta" e 35% como "alta", enquanto apenas 5% reportaram qualidade baixa. Em relação à correspondência com especificações técnicas, 54% afirmaram correspondência total.

Alexandru Lazariuc, especialista técnico em seleção de autopeças da AUTODOC, abordou o tema em publicação no LinkedIn, destacando que um levantamento interno apontou que 81% dos clientes avaliaram positivamente peças adquiridas de fornecedores verificados.

Lazariuc também ressaltou dados preocupantes: 17% das avarias que resultam em acidentes são causadas por peças falsificadas de baixa qualidade, e 37% das oficinas relataram ter encontrado peças contrafeitas em 2024.

O setor tem demonstrado evolução positiva, com avanços nos sistemas de controle e fiscalização. Divulgação

Principais causas de incompatibilidade

Segundo informações de plataformas de venda, os problemas mais comuns relacionam-se a:

Erros de seleção : consumidores não verificam adequadamente ano de fabricação, motor ou versão do veículo;

Substituições não comunicadas: em caso de indisponibilidade de estoque, alguns fornecedores enviam peças alternativas sem notificação prévia;

Informações desatualizadas : catálogos online nem sempre refletem mudanças nas especificações;

Problemas logísticos: transportadoras podem entregar produtos trocados ou danificados.

O problema dos prazos de entrega

Um desafio específico enfrentado por lojas on-line brasileiras é o atraso nas entregas. Segundo a Proteste, em 2020 houve aumento de 84,6% nas reclamações sobre atrasos em comparação a 2019. Na Black Friday de 2021, conforme o Procon-SP, 25% das reclamações estavam relacionadas a atrasos. O portal E-Commerce também aponta que problemas de devolução figuram entre os grandes desafios do setor automotivo no país.

Como evitar problemas

Para minimizar riscos, algumas práticas são fundamentais:

Consulta profissional: mecânicos experientes identificam peças de qualidade duvidosa antes da instalação;

Atenção a preços irreais: descontos superiores a 60% ou 70% podem indicar produtos contrafeitos;

Documentação completa : manter registros detalhados, incluindo números de série e notas fiscais;

Canais estabelecidos: dar preferência a distribuidores que ofereçam garantias e políticas claras de devolução;

Verificação de prazos: confirmar prazos realistas de entrega e acompanhar o rastreamento do pedido;

A evolução do controle de qualidade

O mercado tem implementado melhorias progressivas. Grandes plataformas intensificaram a verificação de vendedores, enquanto órgãos governamentais ampliaram a fiscalização. Segundo o Centro de Coordenação dos EUA, existem cerca de 40 investigações em curso sobre peças contrafeitas.

Distribuidores legítimos também passaram a investir mais em rastreabilidade. A AUTODOC, por exemplo, oferece garantia de 200 dias, segundo informações divulgadas em seu site.

Marcas econômicas como Ridex, Topran, Triscan e Jakoparts não são necessariamente falsificações, mas alternativas legítimas no mercado de reposição. Os principais problemas observados decorrem de erros na seleção, falhas de comunicação ou questões logísticas.

O setor tem demonstrado evolução positiva, com avanços nos sistemas de controle e fiscalização. A responsabilidade, no entanto, recai também sobre o consumidor, que deve pesquisar, comparar e optar por canais confiáveis. Com informação e cautela, é possível economizar sem comprometer a segurança.

Corinthians notifica SAFiel no INPI por uso comercial de nome ligado ao clube



Por Victor Godoy e Fábio Marinho em 04 de fevereiro de 2026 às 13:00

O Corinthians protocolou uma ação junto ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** contra a SAFiel, grupo que tenta tornar o clube em uma SAF, pelo uso da palavra "Fiel" no nome.

A ação do Corinthians se deu pelo entendimento do clube que o nome "Fiel" é historicamente ligado à agremiação e afirma que há semelhanças fonéticas, visuais e ideológicas capazes de confundir o consumidor, levando torcedores a acreditar que a SAFiel tem a ver com o clube.

Nesse protocolo, o Corinthians também acusou uso não autorizado de expressões tradicionalmente ligadas ao clube.

Até o momento, o Corinthians não se manifestou oficialmente sobre o caso. Em contrapartida, a SAFiel divulgou uma nota na qual criticou a

decisão da agremiação.

"A oposição aos pedidos de registro das marcas SAFiel e Invasão Fiel, apresentada pela atual gestão da associação, evidencia uma interpretação segundo a qual o Sport Club Corinthians Paulista seria tratado como propriedade exclusiva, e não como patrimônio coletivo de sua torcida.

Os fundamentos apresentados nessa oposição não se sustentam do ponto de vista técnico. A SAFiel já adotou as medidas cabíveis e seguirá atuando para assegurar o registro das marcas, com o compromisso de destiná-las, ao final do processo, à coletividade Corinthiana.

A mobilização recente, amplamente vista no último domingo em Brasília, reafirma a força da união entre torcida e clube.

A redemocratização Corinthiana é inevitável."

O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** é um órgão vinculado ao Governo Federal, responsável pelo registro de direitos de **propriedades industriais**, como marcas e **patentes**. Consequentemente, também é o **INPI** que lida com essas situações como a do Corinthians de suposto uso indevido de imagem.

A SAFiel é atualmente o maior movimento de um grupo para transformar o Corinthians em SAF. Montada por empresários, a proposta busca arrecadar pelo menos R\$ 1,6 bilhão para reestruturar a dívida do clube e também remontar toda sua estrutura, com uma diretoria independente do Parque São Jorge. Confira a postagem da SAFiel sobre a ação do Corinthians no **INPI**

Plataforma digital e gravadoras pedem US\$ 13 trilhões de indenização contra biblioteca digital



Processo monumental envolve processo contra **pirataria**

A plataforma de streaming Spotify, a mais popular do mundo na atualidade, e as gravadoras Universal Music Group, Warner Music Group e Sony Music Entertainment, os três maiores players do mercado musical, abriram uma ação judicial contra a biblioteca online Anna's Archive.

As acusações: violação de **direitos autorais**, quebra de contrato, violação de leis de segurança digital contra computadores e infração contra a legislação Digital Millennium **Copyright** Act (DMCA).

O valor pedido é de US\$ 13 trilhões (R\$ 68 trilhões no câmbio atual).

A ação movida pelo Spotify e pelas gravadoras foi iniciada no final do ano passado, mas só agora teve o seu sigilo retirado pelo tribunal.

Jed S. Rakoff, o juiz encarregado pelo caso, acionou uma liminar contra o Anna's Archive que não enviou representantes na primeira audiência.

Com essa decisão, o juiz proíbe a distribuição dos materiais extraídos do Spotify e solicita que empresas de hospedagem, servidores e armazenamento não ofereçam mais suporte ao projeto.

Além de tudo disso, a ação pede cerca de US\$ 151 mil (um valor aproximado de R\$ 795 mil) por cada arquivo roubado dos servidores da plataforma no fim de dezembro de 2025.

O grupo responsável pelo Anna's Archive chegou a afirmar que realizou a extração de praticamente

tudo o catálogo do Spotify por meio de scraping em larga escala, e não por um ataque hacker tradicional. A

o todo foram retirados 256 milhões de metadados e 86 milhões de faixas, totalizando cerca de 300 TB de dados - o que representa aproximadamente 99% do acervo disponível no serviço.

Em nota divulgada após a operação, o Anna's Archive declarou que estava disposto a distribuir tanto os metadados quanto as músicas extraídas do Spotify. O argumento da plataforma, conhecida por disponibilizar livros piratas, é que essa seria uma forma de preservação do catálogo musical.

Contudo o Spotify, por sua vez, confirmou o que chamou de invasão e acusou o grupo de um roubo descarado de milhões de arquivos contendo quase todas as gravações sonoras comerciais do mundo. A denúncia reforça que o impacto financeiro e cultural é gigantesco, já que praticamente todo o acervo foi comprometido.

Apesar da liminar que determinou o fechamento provisório, o Anna's Archive continua acessível por meio de múltiplos domínios e servidores. Uma das defesas apresentadas é que o site não hospeda diretamente os arquivos, mas utiliza páginas de terceiros que fornecem links para download. Essa estratégia mantém o acesso ativo, mesmo diante das restrições impostas pela justiça.

O caso ganhou ainda mais repercussão após o Spotify confirmar que pagou US\$ 11 bilhões em royalties para artistas ao longo de 2025. A empresa afirma que a **pirataria** ameaça diretamente esse modelo de remuneração, colocando em risco o sustento de músicos e produtores.

â

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	6
Marco regulatório INPI	5
Patentes	5
Propriedade Industrial	5
Propriedade Intelectual	1,2,3,4